



ACÓRDÃO Nº410/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11329/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira.
- 4- **Responsável:** Alex Goncalves Fontes (Ordenador de Despesa).
- 5- **Exercício:** 2017.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1597/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, referente ao exercício de 2017, sob responsabilidade do **Sr. Alex Goncalves Fontes**, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 22, II, e art. 24 da Lei 2.423/96;

10.2. Aplicar Multa ao Sr. Alex Goncalves Fontes no valor de **R\$ 4.000,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei



ACÓRDÃO Nº410/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Recomendar ao Sr. Alex Goncalves Fontes e ao atual gestor da Câmara que:

10.3.1. Sejam preenchidas obrigatoriamente todas as informações nos campos do sistema GEFIS;

10.3.2. Aplicação do item 7.3 do MCASP 7ª Edição ou Edição atualizada, que dispõe sobre as melhores práticas sobre a mensuração e evidenciação dos ativos, em específico os métodos aplicados à depreciação;

10.3.3. Sejam observados os preceitos do art. 63 da Lei 4.320/64, que dispõe sobre o atesto das liquidações das aquisições ou prestação de serviços, para não haver dúvidas quanto à competência no recebimento de produtos ou materiais e aferição da prestação de serviços;

10.3.4. Adotar providências no sentido de solucionar o problema da ausência de uma estrutura física adequada para armazenamento dos materiais adquiridos, além da necessária implementação de um sistema de controle e saída de produtos que possa assegurar mais zelo na verbação dos recursos públicos;

10.3.5. Sugerir mais cautela nas decisões tomadas, pois na Câmara Municipal há somente 07 (sete) servidores efetivos, que têm a obrigatoriedade de registrar a frequência, e que o restante dos servidores são comissionados e funções de confiança, mesmo assim o gestor à época adquiriu uma máquina de registro de ponto que está sem serventia nenhuma, pois não existe no município peças e bobinas para reposição;

10.4. Arquivar o presente processo nos termos regimentais, após cumpridas as medidas acima determinadas.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 21 de Maio de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº410/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 869040E6-9169B4D9-A9ED8858-6427C751